COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI Nº 2.077, DE 2007

Altera o inciso IV da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Autor: Deputado CARLOS BRANDÃO

Relator: Deputado MARCELO SERAFIM

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, nos termos do art. 32, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.077, de 2007, de autoria do Deputado CARLOS BRANDÃO, que o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, incluindo, na área considerada como semi-árido, os municípios dos estados do Piauí e do Maranhão situados a leste do meridiano de 44º.

Na sua justificação, o ilustre Deputado argumenta que os municípios dos estados do Piauí e do Maranhão situados a leste do meridiano de 44º apresentam características climáticas e indicadores socioeconômicos extremamente precários, porém não foram incluídos no semi-árido, segundo a última definição de sua área de abrangência realizada em 2005.

O Autor observa que tal constatação, em relação aos municípios do Maranhão, foi feita através de um estudo realizado pelo Professor José de Jesus Sousa Lemos, membro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, que fez um levantamento dos indicadores socioeconômicos de 46 Municípios do Estado do Maranhão. O Professor ressaltou que em todos os municípios estudados não se notou diferenças econômicas e sociais em relação à maior parte da área classificada como semi-árida.

O Autor ressalta que há uma área no Estado do Piauí que também não foi classificada como semi-árido, mas que tem características semelhantes aos Municípios estudados no Maranhão.

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional deve manifestar-se quanto ao mérito da proposição. Em seguida, as Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania deverão, igualmente, analisá-la.

No decorrer do prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 7.827, de 1989, regulamenta o art. 159, I, "c", da Constituição Federal, instituindo o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. No caso do FNE, houve a necessidade de se definir, para efeito da lei, o que é semi-árido, uma vez que esse Fundo inclui a finalidade específica de financiar atividades econômicas, nessa região, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, destinando para isso metade dos recursos ingressados no FNE (art.159, inciso I, alínea c, da CF).

Para efeito da aplicação desse dispositivo constitucional, semi-árido foi, então, demarcado – no inciso IV, do art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, como “a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia.” No entanto, a redação desse inciso foi alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que recriou a Sudene. O novo texto define semi-árido como “a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, definida em portaria daquela Autarquia”. A Sudene ainda não editou ato administrativo nesse sentido, portanto encontra-se em vigor a Portaria nº 89, de 16 de março de 2005, que atualiza a relação dos Municípios pertencentes à região semi-árida beneficiada pelo FNE.

Acreditamos que o objetivo do legislador ao retirar do texto da Lei nº 7.827, de 1989, a referência à precipitação pluviométrica era exatamente a mesma do ilustre Autor da proposição que ora examinamos. Ou seja, dar tratamento legal idêntico a todos os Municípios que compartilham situações semelhantes. Para tanto, há que se redefinir a área do semi-árido onde são implementadas as políticas e medidas governamentais de combate aos efeitos das estiagens e concedidos benefícios adicionais, como repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural.

Como bem argumentou o Autor da proposição, os Municípios do estado do Maranhão, objeto do estudo do Professor José de Jesus Sousa, bem como uma área do estado do Piauí com características semelhantes aos Municípios estudados, que não estão incluídos na área de atuação da Sudene, devem receber tratamento igualitário na concessão de benefícios, especialmente os advindos em decorrência de emergências ou calamidades provocadas pelas secas.

O PL em análise trata de corrigir essa distorção, considerando todos os Municípios dos Estados do Piauí e do Maranhão situados a leste do meridiano de 44º pertencentes a região do semi-árido, para os efeitos da Lei nº 7.827, de 1989.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº
2.077, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCELO SERAFIM

Relator